RESOLVEM os Membros do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, de conformidade com a ata e notas taquigráficas da sessão, que integram este julgado, à unanimidade de votos, JULGAR NÃO PRESTADAS AS CONTAS, nos termos do voto do eminente Relator.

SALA DAS SESSÕES, 16 de dezembro de 2015.

DESEMBARGADOR SERGIO LUIZ TEIXEIRA GAMA, PRESIDENTE

JUIZ DE DIREITO HELIMAR PINTO, RELATOR

PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL

RESOLUÇÃO Nº 41

PROTOCOLO Nº 3.732/2010 – 1ª ZONA ELEITORAL – VITÓRIA/ES

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE REQUISIÇÃO DA SERVIDORA EFETIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA/ES, SRA. JANE GOBBI DO ROSÁRIO, PARA CONTINUAR PRESTANDO SERVIÇOS JUNTO À 1ª ZE – VITÓRIA/ES.

REQUERENTE: Juízo Eleitoral da 1ª ZE – Vitória/ES.

RESOLVEM os Membros do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, de conformidade com a ata e notas taquigráficas da sessão, que integram este julgado, à unanimidade de votos, AUTORIZAR A RENOVAÇÃO DE REQUISIÇÃO DA SRA. JANE GOBBI DO ROSÁRIO, SERVIDORA EFETIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA/ES, PARA CONTINUAR PRESTANDO SERVIÇOS JUNTO À 1ª ZE – VITÓRIA/ES.

SALA DAS SESSÕES, 03 de fevereiro de 2016.

DES. SÉRGIO LUIZ TEIXEIRA GAMA, PRESIDENTE

DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR

DR. DANILO DE ARAÚJO CARNEIRO

DR. ALDARY NUNES JUNIOR

DRª. WILMA CHEQUER BOU-HABIB

DRª. MARIA DO CÉU PITANGA DE ANDRADE

DR. JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO

PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL

RESOLUÇÃO Nº 45

PROCESSO PP Nº 2-80.2016.6.08.0000 - CLASSE 27ª - VITÓRIA - ES - (PROT Nº 26.622/2015)

ASSUNTO: VEICULAÇÃO DE PROPAGANDA PARTIDÁRIA - EM INSERÇÕES - ANO 2016.

Requerente: Partido Renovador Trabalhista Brasileiro - PRTB/ES

RELATOR: DESEMBARGADOR SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR.

EMENTA:

VEICULAÇÃO DE PROPAGANDA PARTIDÁRIA GRATUITA NO RÁDIO E NA TELEVISÃO – PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO – PRTB/ES – INSERÇÕES – PRIMEIRO SEMESTRE DE 2016 – INTEMPESTIVIDADE – PEDIDO NÃO CONHECIDO.

1. O requerimento de veiculação de propaganda partidária gratuita deve ser encaminhado até o dia 1º de dezembro do ano anterior à transmissão, nos termos do art. 5º, § 1º, da Resolução TSE nº 20.034/1997, sob pena de não ser conhecido.